

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/7683	10188/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Pedido de Apoio Financeiro - Cabido da Sé de Braga - Quaresma e Semana Santa		
Unidade Administrativa		
DCT - DC [APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Data: 2026/02/24

N.º Processo: 9084/2026

Registo de entrada: 2026-E-RC-5695

Assunto: Proposta de atribuição de apoio financeiro – Quaresma e Semana Santa de Braga

Enquadramento.

O Cabido da Sé de Braga, pessoa coletiva n.º 501 226 575, com sede na Rua D. Paio Mendes, 4700-424 Braga, inscrita no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM) sob o n.º 138/2015, apresentou pedido de apoio financeiro no valor de 45 000,00 € (quarenta e cinco mil euros) para a realização da Quaresma e Semana Santa de Braga.

Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, e que a atribuição de apoios se rege pelo Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), Parte F, Título I (designadamente artigos F-1/3.º, F-1/5.º e F-1/7.º a F-1/12.º), importa registar que o pedido se enquadra no apoio à atividade com vista à continuidade ou incremento de projetos de interesse municipal. Verifica-se que a entidade reúne os requisitos gerais de atribuição, e que o pedido foi instruído com os elementos exigíveis nos termos do artigo F-1/8.º. Na apreciação do pedido foram ponderados os critérios gerais e as especificidades da área cultural previstos no artigo F-1/9.º do CRMB.

Fundamentação do interesse municipal.

A Semana Santa de Braga constitui um dos mais relevantes acontecimentos religiosos, culturais e turísticos do concelho, assumindo-se como a maior celebração pascal de Portugal e uma das mais



reconhecidas internacionalmente. Enraizada na identidade histórica e cultural da cidade, representa uma tradição multissecular que importa preservar, valorizar e projetar junto das gerações futuras.

Para além da sua dimensão religiosa, o evento gera um impacto económico significativo, refletido na elevada taxa de ocupação hoteleira, no aumento da atividade da restauração, comércio e serviços, bem como na ampla projeção mediática nacional e internacional de Braga enquanto destino turístico.

A organização envolve diversas entidades religiosas e civis, com destaque para o Município de Braga enquanto parceiro institucional, assumindo-se como um evento estruturante da agenda anual da cidade e um fator de dinamização económica, coesão social e valorização cultural.

Face à sua relevância histórica, cultural, turística e económica, bem como ao reconhecimento oficial já obtido a nível nacional e internacional, considera-se plenamente fundamentado o interesse municipal na continuidade do apoio e participação nas comemorações da Semana Santa de 2026.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Resolução.

Nestes termos, e ao abrigo do artigo F-1/10.º, submete-se à consideração superior a proposta de atribuição de apoio financeiro no valor de 45 000,00 € (quarenta e cinco mil euros) ao Cabido da Sé de Braga, bem como a aprovação da minuta de contrato e a autorização para a sua celebração, nos termos do artigo F-1/12.º do CRMB.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO (MOD-AIC.01.02)

Nota: deverá preencher a informação relativa a cada um dos pontos identificados diretamente neste documento.

1. DADOS RELATIVOS À ATIVIDADE/PROJETO

1.1. Designação da Atividade / Projeto:

Quaresma e Semana Santa de Braga

1.2. Data de realização da atividade / projeto:

18 fevereiro a 5 abril 2026

1.3. Descrição da atividade / projeto:

A Comissão da Semana Santa congrega o Cabido da Sé de Braga, a Santa Casa da Misericórdia de Braga, a Irmandade de Santa Cruz, o Município de Braga, Turismo do Porto e Norte, Associação Empresarial de Braga e a Comissão de organização da Procissão da Burrinha.

A Comissão da Quaresma e Solenidades da Semana Santa apresenta o programa geral, que reúne as actividades habituais tanto no âmbito das celebrações religiosas como dos eventos culturais.

As celebrações religiosas têm início na Quaresma, que este ano começa a 18 de fevereiro. O programa abre na Catedral de Braga com a Missa de Imposição das Cinzas e o início do Lausperene Quaresmal, que percorrerá as 22 igrejas do centro da cidade de Braga.

Nos dias 13 e 14 de março, antecedendo o IV Domingo da Quaresma, a Igreja do Pópulo acolherá a iniciativa "24 horas para o Senhor".

No calendário das celebrações destacam-se ainda os seguintes momentos:

No dia 23 de março, Via-sacra pelas ruas do centro histórico, organizada pela Pastoral Juvenil e Universitária, Pastoral Vocacional, Seminário Conciliar e Centros Universitários/juvenis da Arquidiocese.

No dia 23 março, decorrerá pelas ruas do centro da cidade de Braga, uma Via Sacra da Pastoral Juvenil, Pastoral Universitária, Pastoral Vocacional, Seminário Conciliar e Centros Universitários/juvenis da Arquidiocese de Braga.

28 de março, Trasladação da imagem do Senhor dos Passos, seguida de via-sacra pelo centro da cidade.

No dia 29 de março, Domingo de Ramos (manhã): Procissão de Ramos que sai da Igreja de S. Paulo em direcção à Catedral onde decorrerá a Missa de Domingo de Ramos.

Durante a tarde, deste dia, realiza-se a Procissão dos Passos, organizada pela Irmandade de Santa Cruz. Ainda neste dia, à noite, a Vigília de Taizé, na Igreja de São José de São Lázaro, é proposta pelas Pastorais Juvenil e Vocacional e pelos Seminários.

No dia 29 março, na Igreja de São José de São Lázaro, será preparado, pela Pastoral Juvenil, Pastoral Universitária, Pastoral Vocacional e Seminários, a Vigília de Taizé.

No dia 1 de abril, Cortejo Bíblico "Vós sereis o meu Povo", popularmente conhecido como Procissão de Nossa Senhora da "Burrinha", organizada pela Comissão Organizadora da Procissão da Burrinha, acontecerá no dia 01 de abril.

No dia 02 de abril, Quinta-feira Santa, na Catedral, Missa Crismal e Bênção dos Santos Óleos, Lava-Pés e Missa da Ceia do Senhor.

No mesmo dia, mas, à noite, a Santa Casa da Misericórdia de Braga, organizará a Procissão "Ecce Homo".



MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO (MOD-AIC.01.02)

No dia 03 de abril, Sexta-feira Santa, na Catedral, Ofício de Laudes, Celebração da Morte do Senhor. Neste dia, à noite, o Cabido da Sé de Braga, organizará a Procissão do Enterro do Senhor, que sai da Catedral de Braga e percorrerá as ruas do centro histórico.

No dia 04 de abril, Sábado Santo, durante a manhã, na Catedral, decorrerá o Ofício de Laudes e à noite, a Vigília Pascal e Procissão da Ressurreição

Nos vários domingos da Quaresma também ocorrerão as via-sacra ao Santuário do Bom Jesus e as Procissões dos Passos, promovidas em diferentes freguesias da cidade de Braga.

No dia 05 de abril, Domingo de Páscoa damos destaque aos Compassos Pascais na Cidade de Braga. Embora seja uma celebração mais familiar, não deixa de ser algo de muito típico da cidade de Braga, cheio de significado e valores religiosos e populares.

Para o período da Quaresma e Tempo Pascal a Comissão da Semana Santa propõe um programa cultural diversificado que inclui concertos, exposições, palestras, actividades lúdicas e criativas destinadas ao público infanto-juvenil e sénior.

Concertos:

No dia 20 março, será apresentado, na Catedral de Braga, o concerto pelo Coro e Orquestra Sinfónica do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian. Do programa constam as peças de Richard Wagner: Prelúdio e morte de Tristão e Isolda e de John Rutter: *Magnificat*. A Direcção Musical estará a cargo de Jorge Ribeiro (Orquestra) e Ana Rute Rei (Coro).

No dia 27 março, será apresentado na Igreja de São Marcos, o concerto "*O quam tristes et afflicta*", pelo Coro da Santa Casa da Misericórdia de Braga e Musicare – Associação Cultural. Esta é uma proposta da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

No dia 26 março, será apresentado na Capela de N.ª Sr.ª da Guadalupe o "Botar das Almas e outras músicas de temática religiosa", pelo Grupo de Cantares Mulheres do Minho e Grupo Coral Guadalupe e Porta Nova. Esta é uma proposta da Comissão Organizadora da Procissão da Burrinha.

No dia 30 março, será apresentado na Igreja de Santa Cruz, o concerto Missa da Coroação em Dó maior, K. 317 para solistas, de Wolfgang Amadeus Mozart (1756–1791), pela Orquestra e Coro do Departamento de Música – Universidade do Minho. Esta é uma proposta da Irmandade de Santa Cruz.

No dia 31 março, Terça-feira Santa, na Catedral de Braga, será apresentado o concerto, "Credo" de Souza Monteiro (1829-1906) e o "Stabat Mater" Karl Jenkins (1944-), pela Orquestra e Coro do Distrito de Braga. A Direcção Musical: Maestro Diogo Costa. Esta é uma proposta da Comissão da Semana Santa de Braga.

Exposições:

Desde o início da Quaresma que este ano começa no dia 18 de fevereiro, o programa de exposições abrirá com a exposição do Município de Braga, "Salvação" escultura contemporânea da autoria de Alberto Vieira - projecto de arte no espaço urbano, localizada no Largo D. João Peculiar.

No dia 18 de fevereiro, será inaugurada a exposição "Caminho de Páscoa: do silêncio à vida" Exposição de Arte Sacra, que decorrerá no Museu Pio XII.



MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO (MOD-AIC.01.02)

De 14 março a 7 abril, estará patente na Capela Imaculada Conceição a exposição "*Os Loghismoí* de Evágrio Pôntico e o *Apocalypsis Iesu Christi* segundo Giancarlo Pavanello". No âmbito da mesma será feita uma apresentação pelo Rev. Doutor João Paulo Costa: "*Os Loghismoí e o Apocalypsis* de Giancarlo Pavanello: uma "pintura encarnada" para invisuais que somos" Leituras dos textos das obras "*Loghismoí*" e "*Apocalypsis*". Esta é uma proposta da Comissão da Semana Santa de Braga e Zet Gallery.

Do dia 20 março a 24 abril, no CIMMB - Palácio do Raio, estará patente a exposição "Jesus, fermento de Vida" de João Osvaldo.

No dia 27 março, no Braga Parque, será inaugurada a exposição dos desenhos do livro "A Semana Santa de Braga".

De 19 março a 20 maio, no Museu dos Biscainhos, será apresentada a exposição "Grito de Silêncio", de Alberto Vieira.

De 1 abril a 31 maio, no Tesouro-Museu da Sé de Braga, estará patente a exposição dos trabalhos apresentados ao IV Concurso Escolar "A Semana Santa de Braga".

Outros Eventos:

No 30 de março, na Capela Imaculada Conceição serão apresentadas três comunicações subordinadas ao tema: "Os pecados capitais hoje: leituras interdisciplinares"

Professor Doutor Guilherme Macedo, Presidente Mundial da Gastroenterologia, Diretor do Serviço de Gastroenterologia do Hospital São João do Porto: "*O pecado da gula e as boas práticas do comer para uma saúde gástrica*".

Engenheiro José Teixeira, presidente do grupo DST e da Zet Gallery de Braga: "*Os Pecados Capitais na arte e na literatura*".

Dom Nélio Pita, Bispo Auxiliar de Braga, doutor em psicologia: "*Evágrio Pôntico, o cartógrafo da alma e da psicologia humana avant Freud*".

No final decorrerá a apresentação do livro da autoria de Mons. Mário Rui de Oliveira: "A estrela e o espelho. Os pecados capitais hoje".

Dando continuidade à tradição no dia 1 de abril, um grupo de jovens farricocos com matracas, do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda percorrerá o centro histórico da cidade.

Já no dia 2 de abril, será o grupo de farricocos da Santa Casa da Misericórdia de Braga, a fazer o habitual circuito, fazendo soar as "matracas" pelas ruas do centro histórico.

No dia 2 abril, às 15h00, os utentes do IRIS – Instituto de Reabilitação e Integração Social, realizará a Via Sacra "Da Tradição à Inclusão", com um percurso entre o edifício antigo dos correios até à Praça Mestre Veiga.

Actividade "O Farricoco no Palácio do Raio"

Local: Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga - Palácio do Raio

Datas: 10 a 13; 20 de março

Horários: 10h00-12h30 / 14h30-17h00

Público alvo: 6-12 anos.



Actividade “Faz a tua Cruz sustentável” - Workshop

Local: Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga – Palácio do Raio

Datas: 17 a 19 de março e 24 a 26 de março

Horário: 10h00-12h30 / 14h30-17h00

Público-alvo: Público em geral

Actividade “O meu crucifixo, a minha história”

Local: Museu Pio XII

Público-alvo: Escolas, Colégios, Escuteiros, IPSS, Famílias, aberto a todos.

Duração das atividades: 45 a 60 minutos

Actividade “Hora do Conto: “A caminho da Semana Santa”

Local: Museu Pio XII

Público alvo: Escolas, Colégios, Escuteiros, IPSS, Famílias, aberto a todos.

Duração das atividades: 45 a 60 minutos

Actividade Caça ao Tesouro: “Descobrir os símbolos da Páscoa”

Local: Museu Pio XII

Público alvo: Escolas, Colégios, Escuteiros, IPSS, Famílias, aberto a todos.

Duração das atividades: 45 a 60 minutos

Actividade: Exploração das páginas do livro ilustrado, "A Semana Santa de Braga"

Local: Tesouro-Museu da Sé de Braga

Datas das Sessões: 24, 25 e 26 março, 2 abril

Horário: 10h30 (duração: 45 a 60 minutos)

Público-Alvo: Crianças do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Actividade: Teatro de Fantoques, "História do Farricoco em Rimas"

Local: Tesouro-Museu da Sé de Braga

Datas das Sessões: 24, 25 e 26 março

Horário: 10h30 (duração: 45 a 60 minutos)

Público-Alvo: Crianças do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Datas das Sessões: 24, 25 e 26 março

Actividade: Workshop “Farricoco”

Local: Tesouro-Museu da Sé de Braga

Datas das Sessões: 01, 02 e 03 de abril

Horário: 10h30 (duração: 45 a 60 minutos)

Público-Alvo: Crianças e jovens

As crianças e jovens são desafiadas a montar um farricoco articulado ou a pintar um postal do farricoco.



Concurso de Desenho “A Semana Santa de Braga”

01 de abril – 11h00 Entrega de Prémios

Local: Tesouro-Museu da Sé de Braga

Os trabalhos apresentados a concurso estarão expostos no Tesouro-Museu da Sé de Braga de 01 de abril a 31 de maio.

O concurso tem por objectivo sensibilizar a participação da comunidade escolar para a importância e valor desta época tão especial que é vivida na cidade de Braga e envolver as crianças nas manifestações religiosas e culturais da Quaresma e Semana Santa.

Concurso de Criatividade Sénior "Cruzes Floridas" - Semana Santa de Braga

Ao longo da Quaresma decorrerá o Concurso de Criatividade Sénior "Cruzes Floridas" - Semana Santa de Braga.

Concurso tem por objectivo envolver, valorizar e divulgar a criatividade de pessoas com ampla experiência de vida. Dirigido a toda a comunidade sénior da cidade de Braga.

Os trabalhos apresentados a concurso estarão expostos no Tesouro-Museu da Sé de Braga de 15 de abril a 31 de maio.

A estratégia de comunicação e divulgação para a edição de 2026 foca-se na proximidade com o público e na modernização dos canais de difusão, articulando suportes físicos tradicionais com uma forte presença digital.

Suportes Físicos e Materiais Gráficos: para garantir a informação junto dos residentes e visitantes, prevemos a produção e distribuição do habitual material promocional, com a impressão de cartazes brochuras com todo o programa detalhado e flyers.

Também se fará a distribuição de um folheto trilingue focado na contextualização histórica e espiritual das três principais procissões: *Procissão dos Passos*, *Procissão “Ecce Homo”* e *Procissão do “Enterro do Senhor”*. Este guia estará disponível nas igrejas de onde partem as procissões e será entregue directamente ao público ao longo dos percursos.

Dinamização do Espaço Público: a decoração das ruas por onde passam as procissões será mantida através da colocação de bandeiras pelas ruas e praças da cidade, placards nas fachadas das igrejas, outdoors nas entradas da cidade.

A sonorização também estará assegurada através da instalação de sistema de som em todas as ruas dos percursos das procissões, garantindo a solenidade e o acompanhamento adequado dos rituais.

Presença Digital e Novos Públicos: com o objetivo de alcançar um público mais abrangente, jovem e diversificado, a Comissão reforçará a sua pegada digital. Assim sendo, será feita uma aposta numa estratégia mais incisiva e dinâmica, com conteúdos adaptados para maximizar o alcance nas redes sociais.

O site oficial da Comissão da Semana Santa de Braga manter-se-á como o meio digital central de informação actualizada, complementado pelo canal de YouTube, que servirá para a transmissão de conteúdos audiovisuais e memória histórica do evento.

1.4. Objetivos da atividade / projeto:

Um dos primordiais objectivos da Semana Santa é o de manter viva uma importante tradição arraigada na alma do povo de Braga.



MINUTA MEMÓRIA DESCRITIVA PARA PEDIDO DE APOIO (MOD-AIC.01.02)

As Comemorações da Quaresma e Semana Santa são também um misto de tradições multiseculares e também inovação, na fidelidade a essa mesma tradição, geradora de uma identidade cultural muito própria que se pretende manter viva para as gerações futuras.

A Semana Santa de Braga, a maior e mais imponente de Portugal, e uma das mais conhecidas em todo o mundo, atrai todos os anos vários milhares de pessoas a Braga para assistirem e participarem no vasto programa de celebrações religiosas e actividades culturais. A mediatização e a apresentação da Semana Santa em feiras nacionais e internacionais têm projectado este evento a nível internacional resultando no crescente número de turistas das mais diversas proveniências que nos visitam.

1.5. Fundamentação do interesse municipal na atividade / projeto:

As comemorações da Quaresma e Semana Santa, em 2026, voltarão a encher a cidade de Braga de devotos, turistas e transeuntes que nos vêm visitar para participar no modo único como vivemos estes tempos, ricos de significado e densos de tradições.

Sendo um acontecimento de origem religiosa, gera inúmeras sinergias na Cidade e na região com implicações nos diversos sectores da nossa sociedade, como a hotelaria, restauração, comércio, impacto mediático, entre outros. A importância deste período para o dinamismo económico da cidade é reconhecida, revelando-se, por exemplo, na elevada taxa de ocupação hoteleira.

É um dos grandes eventos da cidade que envolve diferentes entidades promotoras, quatro da área religiosa: Cabido da Sé de Braga, Irmandade da Misericórdia, Irmandade de Santa Cruz, Comissão Organizadora da Procissão da Burrinha; e três civis: Câmara Municipal de Braga, Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e Associação Empresarial de Braga. A estas entidades junta-se, ainda, um número de cidadãos que, a título individual, dão o seu contributo, o seu saber e o seu entusiasmo à Semana Santa.

As iniciativas promovidas por estas entidades revestem-se de um profundo interesse religioso, histórico, cultural e económico para a cidade de Braga, para toda a região Norte, para o país em geral.

O prestígio alcançado ao longo dos anos foi reconhecido através da atribuição de duas honrosas distinções: a declaração do Turismo de Portugal de evento “De Interesse para o Turismo” e a “Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro” pelo Município de Braga. Às quais acrescem a inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, inscrição no Património Imaterial de Interesse Municipal de Braga. Desde 2019 integra a Rede Europeia de Celebrações da Semana Santa e Páscoa.

1.6. Indicação de histórico da atividade / projeto (nova | continuidade):

Continuidade.

O Cabido da Sé de Braga solicita o apoio financeiro e não financeiro (apoio logístico) para a Semana Santa 2026.



2. ORÇAMENTO DISCRIMINADO

Descrição das Receitas	Valor em Euros
CMB	45.000,00€
Outras entidades públicas	25.000,00€
Promotores	15.750,00€
Patrocinadores	29.500,00€
Outros	5.000,00€
TOTAL	120.250€

Descrição das Despesas	Valor em Euros
Procissões	27.450,00€
Concertos, espectáculos, visitas e exposições	11.500,00€
Decoração, Divulgação, Comunicação	50.247,00€
Despesas diversas	18.127,25€
Total	107.324,25€

3. CRONOGRAMA DA EXECUÇÃO FÍSICA

- Indicação do período de execução da atividade (Anual | Outra (identificar qual): anual

4. CRONOGRAMA FINANCEIRO

- Indicação se Anual | Outra (identificar qual): anual



5. IDENTIFICAÇÃO DOS REPRESENTANTES LEGAIS DA ENTIDADE

- **Indicar Nome e Cargo:**
- Cónego José Paulo Leite de Abreu – Deão do Cabido da Sé de Braga
- Cónego Avelino Marques Amorim – Presidente da Comissão da Semana Santa de Braga

(Presidente da Comissão da Semana Santa de Braga)





Comissão da Quaresma e Solenidades da Semana Santa de Braga

PLANO DE ACTIVIDADES 2026

1. CELEBRAÇÕES DA QUARESMA E SEMANA SANTA

A Comissão da Semana Santa congrega o Cabido da Sé de Braga, a Santa Casa da Misericórdia de Braga, a Irmandade de Santa Cruz, o Município de Braga, Turismo do Porto e Norte, Associação Empresarial de Braga e a Comissão de organização da Procissão da Burrinha.

A Comissão da Quaresma e Solenidades da Semana Santa apresenta o programa geral, que reúne as actividades habituais tanto no âmbito das celebrações religiosas como dos eventos culturais. As celebrações religiosas têm início na Quaresma, que este ano começa a 18 de fevereiro. O programa abre na Catedral de Braga com a Missa de Imposição das Cinzas e o início do Lausperene Quaresmal, que percorrerá as 22 igrejas do centro da cidade de Braga. Nos dias 13 e 14 de março, antecedendo o IV Domingo da Quaresma, a Igreja do Pópulo acolherá a iniciativa “24 horas para o Senhor”.

No calendário das celebrações destacam-se ainda os seguintes momentos:

No dia 23 de março, Via-sacra pelas ruas do centro histórico, organizada pela Pastoral Juvenil e Universitária, Pastoral Vocacional, Seminário Conciliar e Centros Universitários/juvenis da Arquidiocese.

No dia 23 março, decorrerá pelas ruas do centro da cidade de Braga, uma Via Sacra da Pastoral Juvenil, Pastoral Universitária, Pastoral Vocacional, Seminário Conciliar e Centros Universitários/juvenis da Arquidiocese de Braga.

28 de março, Trasladação da imagem do Senhor dos Passos, seguida de via-sacra pelo centro da cidade.

No dia 29 de março, Domingo de Ramos (manhã): Procissão de Ramos que sai da Igreja de S. Paulo em direcção à Catedral onde decorrerá a Missa de Domingo de Ramos.

Durante a tarde, deste dia, realiza-se a Procissão dos Passos, organizada pela Irmandade de Santa Cruz. Ainda neste dia, à noite, a Vigília de Taizé, na Igreja de São José de São Lázaro, é proposta pelas Pastorais Juvenil e Vocacional e pelos Seminários.

No dia 29 março, na Igreja de São José de São Lázaro, será preparado, pela Pastoral Juvenil, Pastoral Universitária, Pastoral Vocacional e Seminários, a Vigília de Taizé.

No dia 1 de abril, Cortejo Bíblico “Vós sereis o meu Povo”, popularmente conhecido como Procissão de Nossa Senhora da “Burrinha”, organizada pela Comissão Organizadora da Procissão da Burrinha, acontecerá no dia 01 de abril.



No dia 02 de abril, Quinta-feira Santa, na Catedral, Missa Crismal e Bênção dos Santos Óleos, Lava-Pés e Missa da Ceia do Senhor.

No mesmo dia, mas, à noite, a Santa Casa da Misericórdia de Braga, organizará a Procissão “Ecce Homo”.

No dia 03 de abril, Sexta-feira Santa, na Catedral, Ofício de Laudes, Celebração da Morte do Senhor. Neste dia, à noite, o Cabido da Sé de Braga, organizará a Procissão do Enterro do Senhor, que sai da Catedral de Braga e percorrerá as ruas do centro histórico.

No dia 04 de abril, Sábado Santo, durante a manhã, na Catedral, decorrerá o Ofício de Laudes e à noite, a Vigília Pascal e Procissão da Ressurreição

Nos vários domingos da Quaresma também ocorrerão as via-sacra ao Santuário do Bom Jesus e as Procissões dos Passos, promovidas em diferentes freguesias da cidade de Braga.

No dia 05 de abril, Domingo de Páscoa damos destaque aos Compassos Pascais na Cidade de Braga. Embora seja uma celebração mais familiar, não deixa de ser algo de muito típico da cidade de Braga, cheio de significado e valores religiosos e populares.

Para o período da Quaresma e Tempo Pascal a Comissão da Semana Santa propõe um programa cultural diversificado que inclui concertos, exposições, palestras, actividades lúdicas e criativas destinadas ao público infanto-juvenil e sénior.

2. CONCERTOS:

No dia 20 março, será apresentado, na Catedral de Braga, o concerto pelo Coro e Orquestra Sinfónica do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian. Do programa constam as peças de Richard Wagner: Prelúdio e morte de Tristão e Isolda e de John Rutter: *Magnificat*. A Direcção Musical estará a cargo de Jorge Ribeiro (Orquestra) e Ana Rute Rei (Coro).

No dia 27 março, será apresentado na Igreja de São Marcos, o concerto “*O quam tristes et afflicta*”, pelo Coro da Santa Casa da Misericórdia de Braga e Musicare – Associação Cultural. Esta é uma proposta da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

No dia 26 março, será apresentado na Capela de N.ª Sr.ª da Guadalupe o “Botar das Almas e outras músicas de temática religiosa”, pelo Grupo de Cantares Mulheres do Minho e Grupo Coral Guadalupe e Porta Nova. Esta é uma proposta da Comissão Organizadora da Procissão da Burrinha.

No dia 30 março, será apresentado na Igreja de Santa Cruz, o concerto Missa da Coroação em Dó maior, K. 317 para solistas, de Wolfgang Amadeus Mozart (1756–1791), pela Orquestra e Coro do Departamento de Música – Universidade do Minho. Esta é uma proposta da Irmandade de Santa Cruz.

No dia 31 março, Terça-feira Santa, na Catedral de Braga, será apresentado o concerto, “Credo” de Souza Monteiro (1829-1906) e o “Stabat Mater” Karl Jenkins (1944-), pela Orquestra e Coro do Distrito de Braga. A Direcção Musical: Maestro Diogo Costa. Esta é uma proposta da Comissão da Semana Santa de Braga.

3. EXPOSIÇÕES:

Desde o início da Quaresma que este ano começa no dia 18 de fevereiro, o programa de exposições abrirá com a exposição do Município de Braga, “Salvação” escultura contemporânea



da autoria de Alberto Vieira - projecto de arte no espaço urbano, localizada no Largo D. João Peculiar.

No dia 18 de fevereiro, será inaugurada a exposição "Caminho de Páscoa: do silêncio à vida" Exposição de Arte Sacra, que decorrerá no Museu Pio XII.

De 14 março a 7 abril, estará patente na Capela Imaculada Conceição a exposição "*Os Loghismoí* de Evágrio Pôntico e o *Apocalypsis Iesu Christi* segundo Giancarlo Pavanello". No âmbito da mesma será feita uma apresentação pelo Rev. Doutor João Paulo Costa: "*Os Loghismoí e o Apocalypsis* de Giancarlo Pavanello: uma "pintura encarnada" para invisuais que somos" Leituras dos textos das obras "*Loghismoí*" e "*Apocalypsis*". Esta é uma proposta da Comissão da Semana Santa de Braga e Zet Gallery.

Do dia 20 março a 24 abril, no CIMMB - Palácio do Raio, estará patente a exposição "Jesus, fermento de Vida" do João Osvaldo. Esta é uma iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Braga

No dia 27 março, no Braga Parque, será inaugurada a exposição dos desenhos do livro "A Semana Santa de Braga".

De 19 março a 20 maio, no Museu dos Biscainhos, será apresentada a exposição "Grito de Silêncio", de Alberto Vieira. Esta é uma da Comissão da Semana Santa de Braga.

De 1 abril a 31 maio, no Tesouro-Museu da Sé de Braga, estará patente a exposição dos trabalhos apresentados ao IV Concurso Escolar "A Semana Santa de Braga". Uma iniciativa da Comissão da Semana Santa de Braga

4. OUTROS EVENTOS:

No 30 de março, na Capela Imaculada Conceição serão apresentadas três comunicações subordinadas ao tema: "Os pecados capitais hoje: leituras interdisciplinares" Professor Doutor Guilherme Macedo, Presidente Mundial da Gastroenterologia, Diretor do Serviço de Gastroenterologia do Hospital São João do Porto: "*O pecado da gula e as boas práticas do comer para uma saúde gástrica*".

Engenheiro José Teixeira, presidente do grupo DST e da Zet Gallery de Braga: "*Os Pecados Capitais na arte e na literatura*".

Dom Nélito Pita, Bispo Auxiliar de Braga, doutor em psicologia: "*Evágrio Pôntico, o cartógrafo da alma e da psicologia humana avant Freud*".

No final decorrerá a apresentação do livro da autoria de Mons. Mário Rui de Oliveira: "A estrela e o espelho. Os pecados capitais hoje".

Dando continuidade à tradição no dia 1 de abril, um grupo de jovens farricocos com matracas Do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda percorrerá o centro histórico da cidade.

Já no dia 2 de abril, será o grupo de farricocos da Santa Casa da Misericórdia de Braga, a fazer o habitual circuito, fazendo soar as "matracas" pelas ruas do centro histórico.

No dia 2 abril, às 15h00, os utentes do IRIS – Instituto de Reabilitação e Integração Social, realizará a Via Sacra "Da Tradição à Inclusão", com um percurso entre o edifício antigo dos correios até à Praça Mestre Veiga



Actividade “O Farricoco no Palácio do Raio”

Local: Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga - Palácio do Raio

Datas: 10 a 13; 20 de março

Horários: 10h00-12h30 / 14h30-17h00

Público alvo: 6-12 anos.

Actividade “Faz a tua Cruz sustentável” - Workshop

Local: Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia de Braga – Palácio do Raio

Datas: 17 a 19 de março e 24 a 26 de março

Horário: 10h00-12h30 / 14h30-17h00

Público-alvo: Público em geral

Actividade “O meu crucifixo, a minha história”

Local: Museu Pio XII

Público-alvo: Escolas, Colégios, Escuteiros, IPSS, Famílias, aberto a todos.

Duração das atividades: 45 a 60 minutos

Actividade “Hora do Conto: “A caminho da Semana Santa”

Local: Museu Pio XII

Público alvo: Escolas, Colégios, Escuteiros, IPSS, Famílias, aberto a todos.

Duração das atividades: 45 a 60 minutos

Actividade Caça ao Tesouro: “Descobrir os símbolos da Páscoa”

Local: Museu Pio XII

Público alvo: Escolas, Colégios, Escuteiros, IPSS, Famílias, aberto a todos.

Duração das atividades: 45 a 60 minutos

Actividade: Exploração das páginas do livro ilustrado, "A Semana Santa de Braga"

Local: Tesouro-Museu da Sé de Braga

Datas das Sessões: 24, 25 e 26 março, 2 abril

Horário: 10h30 (duração: 45 a 60 minutos)

Público-Alvo: Crianças do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Actividade: Teatro de Fantoques, "História do Farricoco em Rimas"

Local: Tesouro-Museu da Sé de Braga

Datas das Sessões: 24, 25 e 26 março

Horário: 10h30 (duração: 45 a 60 minutos)

Público-Alvo: Crianças do Pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Datas das Sessões: 24, 25 e 26 março

Actividade: Workshop “Farricoco”

Local: Tesouro-Museu da Sé de Braga

Datas das Sessões: 01, 02 e 03 de abril

Horário: 10h30 (duração: 45 a 60 minutos)

Público-Alvo: Crianças e jovens



As crianças e jovens são desafiadas a montar um farricoco articulado ou a pintar um postal do farricoco.

Concurso de Desenho “A Semana Santa de Braga”

01 de abril – 11h00 Entrega de Prémios

Local: Tesouro-Museu da Sé de Braga

Os trabalhos apresentados a concurso estarão expostos no Tesouro-Museu da Sé de Braga de 01 de abril a 31 de maio.

O concurso tem por objectivo sensibilizar a participação da comunidade escolar para a importância e valor desta época tão especial que é vivida na cidade de Braga e envolver as crianças nas manifestações religiosas e culturais da Quaresma e Semana Santa.

Concurso de Criatividade Sénior "Cruzes Floridas" - Semana Santa de Braga

Ao longo da Quaresma decorrerá o Concurso de Criatividade Sénior "Cruzes Floridas" - Semana Santa de Braga.

Concurso tem por objectivo envolver, valorizar e divulgar a criatividade de pessoas com ampla experiência de vida. Dirigido a toda a comunidade sénior da cidade de Braga.

Os trabalhos apresentados a concurso estarão expostos no Tesouro-Museu da Sé de Braga de 15 de abril a 31 de maio.

5. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A estratégia de comunicação e divulgação para a edição de 2026 foca-se na proximidade com o público e na modernização dos canais de difusão, articulando suportes físicos tradicionais com uma forte presença digital.

Suportes Físicos e Materiais Gráficos: para garantir a informação junto dos residentes e visitantes, prevemos a produção e distribuição do habitual material promocional, com a impressão de cartazes brochuras com todo o programa detalhado e flyers.

Também se fará a distribuição de um folheto trilingue focado na contextualização histórica e espiritual das três principais procissões: *Procissão dos Passos*, *Procissão “Ecce Homo”* e *Procissão do “Enterro do Senhor”*. Este guia estará disponível nas igrejas de onde partem as procissões e será entregue directamente ao público ao longo dos percursos.

Dinamização do Espaço Público: a decoração das ruas por onde passam as procissões será mantida através da colocação de bandeiras pelas ruas e praças da cidade, placards nas fachadas das igrejas, outdoors nas entradas da cidade.

A sonorização também estará assegurada através da instalação de sistema de som em todas as ruas dos percursos das procissões, garantindo a solenidade e o acompanhamento adequado dos rituais.

Presença Digital e Novos Públicos: com o objetivo de alcançar um público mais abrangente, jovem e diversificado, a Comissão reforçará a sua pegada digital. Assim sendo, será feita uma aposta numa estratégia mais incisiva e dinâmica, com conteúdos adaptados para maximizar o alcance nas redes sociais.

O site oficial da Comissão da Semana Santa de Braga manter-se-á como o meio digital central de informação actualizada, complementado pelo canal de YouTube, que servirá para a transmissão de conteúdos audiovisuais e memória histórica do evento.

Fevereiro de 2026



MINUTA de CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre

o Município de Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por João Vasconcelos Barros Rodrigues, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

e

o Cabido da Sé de Braga, pessoa coletiva n.º 501 226 575, com sede na Rua D. Paio Mendes, 4700-424 Braga, inscrita no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM) sob o n.º 138/2015, representado pelo Cônego José Paulo Leite de Abreu, na qualidade de Deão do Cabido da Sé de Braga, adiante designado como Segundo Outorgante,

É livremente e de boa-fé celebrado o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Artigo 1.º

Objeto

1. Constitui objecto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro ao Segundo Outorgante para a realização da Quaresma e Semana Santa a decorrer no Município de Braga, nos termos do pedido de apoio/candidatura apresentado, registado sob a entrada 2026-E-RC-5695, o qual se anexa e faz parte integrante do presente contrato.

Artigo 2.º

Apoio financeiro

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual, que engloba um investimento total de 107.324,25 euros (cento e sete mil trezentos e vinte e quatro e vinte e cinco euros).
2. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro no montante total de 45.000,00 euros (quarenta e cinco mil euros), a pagar em três prestações: a primeira e a segunda correspondem, cada uma, a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, e a terceira corresponde a 20% do mesmo montante, sendo a primeira paga após a assinatura do contrato, a segunda após validação do relatório intermédio e a terceira após validação do relatório final.
3. O apoio financeiro destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido apresentado pelo Segundo Outorgante.



4. Não são abrangidas pelo apoio financeiro despesas com remuneração de pessoal.
5. A comparticipação financeira não poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real da execução do projecto.
6. Quando o pagamento seja faseado, o pagamento das prestações subsequentes à primeira fica condicionado ao cumprimento das obrigações de reporte e prestação de contas previstas no Artigo 5.º.
7. Acresce ao apoio financeiro previsto no n.º 2 a receita de bilheteira resultante das actividades a realizar, a qual reverte para o Segundo Outorgante.

Artigo 3.º

Apoio não financeiro

1. Para além do apoio financeiro previsto no artigo anterior, o Primeiro Outorgante concede ao Segundo Outorgante apoio não financeiro, consistente em apoio logístico na área da Produção e Comunicação.
2. Cabe ao Segundo Outorgante suportar todas as despesas adicionais necessárias à realização das actividades, incluindo contratações externas indispensáveis, sem que daí resulte qualquer obrigação de contratação ou assunção de encargos pelo Município; o apoio não financeiro não pode implicar, para o Município, despesas de contratação de serviços no exterior.
3. Qualquer forma de apoio não financeiro não prevista no presente artigo depende de revisão contratual, devendo, nesse caso, ficar expressamente definidos os bens/meios a ceder, as regras de entrega, utilização, manutenção, conservação e gestão, a responsabilidade por danos, a devolução ou reversão e, quando aplicável, a obrigação de seguro.

Artigo 4.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

No âmbito do presente contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Afectar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes do Artigo 1.º;
- b) Respeitar todas as normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- c) Atender, na sua actuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- d) Obter, sempre que legalmente exigível, as autorizações e licenças necessárias à realização das actividades, designadamente junto da Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC), bem como assegurar a regularização e pagamento dos direitos de autor

e conexos devidos, nomeadamente junto da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e demais entidades de gestão coletiva competentes;

e) Publicitar a actividade objecto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa “Com o apoio do Município de Braga”, e inclusão do respetivo brasão ou logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projecto ou das actividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

f) Assegurar uma estreita colaboração com o Primeiro Outorgante, tendente ao correto acompanhamento e execução do presente contrato e, em especial, à garantia do cumprimento dos princípios de boa gestão financeira;

g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objecto do presente contrato, nomeadamente requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das actividades;

h) Cumprir as obrigações específicas relativas ao apoio não financeiro previstas no Artigo 3.º, quando aplicável;

i) Facultar todos os elementos contabilísticos, técnicos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objecto do presente contrato, designadamente para verificação do cumprimento das obrigações assumidas;

j) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação do apoio, em dossier de execução (física e financeira) de forma ordenada e rastreável, disponibilizando-o ao Município e às entidades competentes sempre que solicitado, podendo o projecto ser objecto de auditorias e ações de verificação; os originais dos documentos remetidos ou submetidos por via eletrónica devem ser guardados pelo Segundo Outorgante pelo período legalmente exigível.

k) Apresentar, via Balcão Único, os relatórios intermédio e final previstos no Artigo 5.º, nos prazos e com o conteúdo mínimo aí definidos, constituindo a entrega e apreciação desses relatórios condição para a liquidação do pagamento faseado do apoio;

l) Manter, durante a vigência do contrato, os requisitos declarados no Artigo 15.º;

m) Comunicar ao Primeiro Outorgante, de forma imediata, qualquer alteração superveniente que possa afetar o cumprimento dos requisitos referidos na alínea anterior.

Artigo 5.º

Indicadores e Reporte

1. Para efeitos de acompanhamento da execução do plano, o Segundo Outorgante compromete-se a submeter, via Balcão Único, um relatório intermédio e um relatório final.

2. Ambos os relatórios devem incluir, no mínimo, os seguintes indicadores e elementos de reporte, sem prejuízo de outros que venham a ser acordados entre as partes:

- a) Número de actividades e sessões realizadas, por tipologia e data, e identificação dos locais de realização.
 - b) Número de participantes, espectadores e visitantes por actividade, por contagem efetiva ou, quando não seja possível, por estimativa devidamente fundamentada, e caracterização sumária dos públicos-alvo, quando aplicável.
 - c) Ações de comunicação realizadas e métricas de alcance/visibilidade disponíveis.
 - d) Evidência do cumprimento das obrigações de publicitação do apoio municipal.
 - e) Grau de execução financeira e explicitação de desvios relevantes face ao orçamento aprovado, com a respectiva fundamentação.
3. O relatório intermédio deve ser submetido até 31 de julho de 2026 e deve reportar, de forma sumária, a execução física e financeira das actividades realizadas até 30 de junho de 2026, sendo o grau de execução financeira apresentado por rubricas agregadas. O relatório intermédio tem natureza sumária e não excede duas páginas, excluindo anexos.
4. O relatório final deve ser submetido até 30 dias após 31 de dezembro de 2026 e deve reportar a execução física e financeira global do plano, devendo ainda incluir, quando aplicável:
- a) Medidas de acessibilidade implementadas.
 - b) Execução financeira mediante apresentação de mapa discriminado dos recursos financeiros afetos, por actividade e por natureza da despesa.

Artigo 6.º

Exclusão de Responsabilidade

- 1. O Segundo Outorgante responde, nos termos gerais de direito (por culpa ou pelo risco, quando aplicável), por quaisquer danos causados a terceiros e/ou ao Primeiro Outorgante no âmbito da preparação, montagem, realização e desmontagem das actividades incluídas no objecto do contrato.
- 2. Quaisquer obrigações, encargos e responsabilidades assumidos pelo Segundo Outorgante no exercício da sua actividade, designadamente financiamentos bancários, contratos com terceiros e dívidas contraídas, são da sua exclusiva responsabilidade, não podendo, em caso algum, ser imputados ao Primeiro Outorgante.
- 3. O Segundo Outorgante obriga-se a reparar e a indemnizar o Primeiro Outorgante e terceiros pelos prejuízos que lhes sejam causados em consequência de atos ou omissões imputáveis ao Segundo Outorgante, aos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços, artistas e demais entidades por si contratadas.
- 4. O Segundo Outorgante responde pela incorreta aplicação da comparticipação financeira atribuída, perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas e de controlo

competentes, sem prejuízo das demais consequências previstas no presente contrato e na lei aplicável.

Artigo 7.º

Transmissão da Posição Contratual

1. É vedada ao Segundo Outorgante a cessão da posição contratual, total ou parcial, bem como a subcontratação, cedência ou subcedência, a qualquer título, da execução das obrigações assumidas, sem autorização prévia, expressa e escrita do Primeiro Outorgante.
2. A eventual autorização referida no número anterior não exonera o Segundo Outorgante das responsabilidades assumidas no presente contrato.

Artigo 8.º

Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. O exercício dos poderes de direcção e fiscalização não exonera o Segundo Outorgante do cumprimento integral das obrigações contratuais nem das responsabilidades que lhe sejam legalmente imputáveis.
2. Os poderes de direcção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo Primeiro Outorgante, nos termos do disposto nos Artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
3. Para efeitos de concretização dos poderes referidos no número anterior, o Primeiro Outorgante actua através do gestor do contrato e do respetivo substituto, nos termos do artigo 16.º, competindo-lhes, designadamente:
 - a) Emitir ordens, diretivas e instruções necessárias à boa execução do contrato, bem como promover as notificações legalmente devidas para cumprimento das obrigações contratuais em prazo fixado para o efeito.
 - b) Acompanhar a execução do contrato e promover a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante, incluindo a avaliação do desempenho, nos termos do artigo 290.º-A, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.
 - c) Propor, quando aplicável e nos termos legais, a suspensão de prazos por impossibilidade temporária de cumprimento, bem como a retoma da execução, logo que cessem as causas que a determinaram.

Artigo 9.º

Incumprimento, resolução e sanções

1. Em caso de incumprimento das obrigações contratuais, total ou parcial, por facto imputável ao Segundo Outorgante, o Primeiro Outorgante notifica-o para cumprir no prazo que fixar, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou deixe de se verificar o interesse público subjacente à atribuição do apoio.
2. O incumprimento injustificado das obrigações contratuais, bem como o desvio do apoio financeiro para fim diverso do previsto no presente contrato, constitui fundamento para a resolução do contrato pelo Primeiro Outorgante e determina a exigibilidade dos montantes já pagos cuja aplicação não resulte comprovada, sem prejuízo do disposto nos artigos 333.º a 335.º do Código dos Contratos Públicos e das demais consequências legais aplicáveis, incluindo responsabilidade financeira e criminal, quando a ela haja lugar.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a não apresentação, nos prazos previstos, dos relatórios e demais elementos de reporte e evidência exigidos pelo presente contrato, bem como a não disponibilização, quando solicitada, da documentação justificativa necessária à verificação da execução física e financeira, determina a suspensão dos pagamentos subsequentes e pode fundamentar a resolução do contrato, nos termos legais.
4. Verificando-se, pela apreciação dos relatórios e/ou por acções de verificação ou auditoria, que nem todas as verbas transferidas foram comprovadamente destinadas a suportar os encargos do projecto, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir ao Primeiro Outorgante o montante cuja aplicação não resulte comprovada, sem prejuízo das demais consequências legais aplicáveis.
5. Quando esteja em causa apoio não financeiro, o incumprimento injustificado determina, quando aplicável, a cessação imediata da cedência e a reversão dos bens e meios municipais à posse do Município, sem prejuízo da responsabilidade por danos e demais consequências contratuais e legais, implicando ainda a impossibilidade de candidatura a novos auxílios não financeiros durante dois anos, nos termos do Artigo F -1/17.º, n.º 2, do Código Regulamentar do Município de Braga.
6. Compete ao gestor do contrato promover a instrução e apreciação técnica das situações de incumprimento e propor as medidas contratuais e legais aplicáveis, para os efeitos previstos no presente artigo.

Artigo 10.º

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Segundo Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não

pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Segundo Outorgante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Segundo Outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Segundo Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Segundo Outorgante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Segundo Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Segundo Outorgante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Artigo 11.º

Causa de Extinção

1. São causas de extinção do presente contrato:

- a) O decurso do prazo de vigência do contrato;
- b) A impossibilidade definitiva e as demais causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c) A revogação por acordo das partes;

d) A resolução por decisão do Primeiro Outorgante, nos termos dos Artigos 333.º a 335.º do CCP.

Artigo 12.º

Notificações e Comunicações

1. Todas as notificações e comunicações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do Artigo 468.º do CCP, para os seguintes endereços de correio eletrónico:

Primeiro Outorgante – cultura@cm-braga.pt

Segundo Outorgante – info@se-braga.pt

2. Quaisquer alterações aos citados endereços de correio eletrónico devem ser comunicadas previamente e por escrito à outra parte.

Artigo 13.º

Vigência e revisão do contrato

1. O presente contrato produz efeitos no dia seguinte à data da sua assinatura e vigora até 31 de Dezembro de 2026.

2. Mantêm-se, porém, exigíveis após o termo da vigência as obrigações que, pela sua natureza, subsistam, designadamente as relativas à prestação de informação, entrega e apreciação do relatório final, disponibilização de documentação justificativa, restituição de montantes cuja aplicação não resulte comprovada e demais deveres instrumentais necessários à verificação da boa aplicação do apoio.

3. O presente contrato pode ser objecto de revisão por acordo das partes quando se mostre estritamente necessário, devendo qualquer alteração ao objecto, montantes, calendário, prestações ou contrapartidas ser formalizada por escrito.

4. O contrato pode ainda ser objecto de revisão unilateral pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou de ponderoso interesse público, ficando a eficácia da revisão sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

5. Qualquer alteração ao objecto, montantes, calendário, prestações ou contrapartidas deve ser formalizada por escrito, nos termos dos números anteriores.

Artigo 14.º

Legalidade da Despesa

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 – Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq. de 2026 e informação de compromisso n.º seq. de.



Artigo 15.º**Requisitos de atribuição e habilitação**

1. Para efeitos do Código Regulamentar do Município de Braga, o Segundo Outorgante declara que reúne e manterá, durante a vigência do contrato, os requisitos aplicáveis à atribuição do apoio, designadamente a inscrição no RECAM, os órgãos sociais em efetividade de funções e a situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado, à Segurança Social e ao Município de Braga.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, os documentos comprovativos da situação tributária e contributiva regularizada constam do anexo ao presente contrato.
3. O Segundo Outorgante obriga-se a comunicar de imediato ao Primeiro Outorgante qualquer alteração superveniente suscetível de afetar o cumprimento dos requisitos referidos no n.º 1.

Artigo 16.º**Gestão do contrato**

1. Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o Primeiro Outorgante designa como gestor do contrato o dirigente da unidade orgânica competente na área da Cultura, ou quem legalmente o substitua, competindo-lhe assegurar o acompanhamento permanente da execução do contrato.
2. O acompanhamento técnico, a instrução do procedimento e a organização da evidência documental e de monitorização são assegurados por técnico(s) afeto(s) à unidade orgânica competente na área da Cultura, sob direcção do gestor do contrato.
3. Compete ao gestor do contrato, designadamente, validar as diligências necessárias à boa execução do contrato, apreciar os relatórios apresentados pelo Segundo Outorgante e determinar, quando aplicável, pedidos de esclarecimento, solicitação de elementos complementares e ações de verificação.

Artigo 17.º**Legislação aplicável**

A execução do presente contrato rege-se pelo disposto no Código Regulamentar do Município de Braga, pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Artigo 18.º**Proteção de dados pessoais**

1. As partes obrigam-se a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente ao Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD) e à Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto.
2. Na elaboração e envio de relatórios e demais documentação, o Segundo Outorgante deve respeitar o princípio da minimização dos dados, limitando os dados pessoais ao estritamente necessário para as finalidades do presente contrato.

Artigo 19.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Por ser esta a vontade, livremente expressa, pelas Partes Outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

Braga, 24 de fevereiro de 2026

Anexos:

Anexo I – Pedido de Apoio/Candidatura, Plano de Actividades, Orçamento discriminado e Cronograma, com identificação do processo.

Anexo II – Declaração de situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira.

Anexo III – Declaração de situação regularizada perante a Segurança Social.



Anexo IV – Documento comprovativo dos poderes de representação e vinculação do Segundo Outorgante (quando aplicável).

Anexo V – Outros documentos, quando aplicável: inscrição RECAM, apólice e comprovativo de seguro, licenças e autorizações aplicáveis, e demais elementos relevantes para a execução do contrato.

MINUTA de CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre

o Município de Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por João Vasconcelos Barros Rodrigues, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante,

e

o Cabido da Sé de Braga, pessoa coletiva n.º 501 226 575, com sede na Rua D. Paio Mendes, 4700-424 Braga, inscrita no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM) sob o n.º 138/2015, representado pelo Cônego José Paulo Leite de Abreu, na qualidade de Deão do Cabido da Sé de Braga, adiante designado como Segundo Outorgante,

É livremente e de boa-fé celebrado o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Artigo 1.º

Objeto

1. Constitui objecto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro ao Segundo Outorgante para a realização da Quaresma e Semana Santa a decorrer no Município de Braga, nos termos do pedido de apoio/candidatura apresentado, registado sob a entrada 2026-E-RC-5695, o qual se anexa e faz parte integrante do presente contrato.

Artigo 2.º

Apoio financeiro

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual, que engloba um investimento total de 107.324,25 euros (cento e sete mil trezentos e vinte e quatro e vinte e cinco euros).
2. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro no montante total de 45.000,00 euros (quarenta e cinco mil euros), a pagar em três prestações: a primeira e a segunda correspondem, cada uma, a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, e a terceira corresponde a 20% do mesmo montante, sendo a primeira paga após a assinatura do contrato, a segunda após validação do relatório intermédio e a terceira após validação do relatório final.
3. O apoio financeiro destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido apresentado pelo Segundo Outorgante.

4. Não são abrangidas pelo apoio financeiro despesas com remuneração de pessoal.
5. A comparticipação financeira não poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real da execução do projecto.
6. Quando o pagamento seja faseado, o pagamento das prestações subsequentes à primeira fica condicionado ao cumprimento das obrigações de reporte e prestação de contas previstas no Artigo 5.º.
7. Acresce ao apoio financeiro previsto no n.º 2 a receita de bilheteira resultante das actividades a realizar, a qual reverte para o Segundo Outorgante.

Artigo 3.º

Apoio não financeiro

1. Para além do apoio financeiro previsto no artigo anterior, o Primeiro Outorgante concede ao Segundo Outorgante apoio não financeiro, consistente em apoio logístico na área da Produção e Comunicação.
2. Cabe ao Segundo Outorgante suportar todas as despesas adicionais necessárias à realização das actividades, incluindo contratações externas indispensáveis, sem que daí resulte qualquer obrigação de contratação ou assunção de encargos pelo Município; o apoio não financeiro não pode implicar, para o Município, despesas de contratação de serviços no exterior.
3. Qualquer forma de apoio não financeiro não prevista no presente artigo depende de revisão contratual, devendo, nesse caso, ficar expressamente definidos os bens/meios a ceder, as regras de entrega, utilização, manutenção, conservação e gestão, a responsabilidade por danos, a devolução ou reversão e, quando aplicável, a obrigação de seguro.

Artigo 4.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

No âmbito do presente contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a:

- a) Afectar a comparticipação financeira exclusivamente aos fins constantes do Artigo 1.º;
- b) Respeitar todas as normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
- c) Atender, na sua actuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- d) Obter, sempre que legalmente exigível, as autorizações e licenças necessárias à realização das actividades, designadamente junto da Inspeção-Geral das Actividades Culturais (IGAC), bem como assegurar a regularização e pagamento dos direitos de

autor e conexos devidos, nomeadamente junto da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e demais entidades de gestão coletiva competentes;

e) Publicitar a actividade objecto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa “Com o apoio do Município de Braga”, e inclusão do respetivo brasão ou logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projecto ou das actividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;

f) Assegurar uma estreita colaboração com o Primeiro Outorgante, tendente ao correto acompanhamento e execução do presente contrato e, em especial, à garantia do cumprimento dos princípios de boa gestão financeira;

g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objecto do presente contrato, nomeadamente requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das actividades;

h) Cumprir as obrigações específicas relativas ao apoio não financeiro previstas no Artigo 3.º, quando aplicável;

i) Facultar todos os elementos contabilísticos, técnicos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objecto do presente contrato, designadamente para verificação do cumprimento das obrigações assumidas;

j) Organizar e arquivar autonomamente a documentação justificativa da aplicação do apoio, em dossier de execução (física e financeira) de forma ordenada e rastreável, disponibilizando-o ao Município e às entidades competentes sempre que solicitado, podendo o projecto ser objecto de auditorias e ações de verificação; os originais dos documentos remetidos ou submetidos por via eletrónica devem ser guardados pelo Segundo Outorgante pelo período legalmente exigível.

k) Apresentar, via Balcão Único, os relatórios intermédio e final previstos no Artigo 5.º, nos prazos e com o conteúdo mínimo aí definidos, constituindo a entrega e apreciação desses relatórios condição para a liquidação do pagamento faseado do apoio;

l) Manter, durante a vigência do contrato, os requisitos declarados no Artigo 15.º;

m) Comunicar ao Primeiro Outorgante, de forma imediata, qualquer alteração superveniente que possa afetar o cumprimento dos requisitos referidos na alínea anterior.

Artigo 5.º

Indicadores e Reporte

1. Para efeitos de acompanhamento da execução do plano, o Segundo Outorgante compromete-se a submeter, via Balcão Único, um relatório intermédio e um relatório final.

2. Ambos os relatórios devem incluir, no mínimo, os seguintes indicadores e elementos de reporte, sem prejuízo de outros que venham a ser acordados entre as partes:

- a) Número de actividades e sessões realizadas, por tipologia e data, e identificação dos locais de realização.
- b) Número de participantes, espectadores e visitantes por actividade, por contagem efetiva ou, quando não seja possível, por estimativa devidamente fundamentada, e caracterização sumária dos públicos-alvo, quando aplicável.
- c) Ações de comunicação realizadas e métricas de alcance/visibilidade disponíveis.
- d) Evidência do cumprimento das obrigações de publicitação do apoio municipal.
- e) Grau de execução financeira e explicitação de desvios relevantes face ao orçamento aprovado, com a respectiva fundamentação.

3. O relatório intermédio deve ser submetido até 31 de julho de 2026 e deve reportar, de forma sumária, a execução física e financeira das actividades realizadas até 30 de junho de 2026, sendo o grau de execução financeira apresentado por rubricas agregadas. O relatório intermédio tem natureza sumária e não excede duas páginas, excluindo anexos.

4. O relatório final deve ser submetido até 30 dias após 31 de dezembro de 2026 e deve reportar a execução física e financeira global do plano, devendo ainda incluir, quando aplicável:

- a) Medidas de acessibilidade implementadas.
- b) Execução financeira mediante apresentação de mapa discriminado dos recursos financeiros afetos, por actividade e por natureza da despesa.

Artigo 6.º

Exclusão de Responsabilidade

1. O Segundo Outorgante responde, nos termos gerais de direito (por culpa ou pelo risco, quando aplicável), por quaisquer danos causados a terceiros e/ou ao Primeiro Outorgante no âmbito da preparação, montagem, realização e desmontagem das actividades incluídas no objecto do contrato.

2. Quaisquer obrigações, encargos e responsabilidades assumidos pelo Segundo Outorgante no exercício da sua actividade, designadamente financiamentos bancários, contratos com terceiros e dívidas contraídas, são da sua exclusiva responsabilidade, não podendo, em caso algum, ser imputados ao Primeiro Outorgante.

3. O Segundo Outorgante obriga-se a reparar e a indemnizar o Primeiro Outorgante e terceiros pelos prejuízos que lhes sejam causados em consequência de atos ou omissões imputáveis ao Segundo Outorgante, aos seus trabalhadores, colaboradores, prestadores de serviços, artistas e demais entidades por si contratadas.

4. O Segundo Outorgante responde pela incorreta aplicação da comparticipação financeira atribuída, perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas e de controlo competentes, sem prejuízo das demais consequências previstas no presente contrato e na lei aplicável.

Artigo 7.^a

Transmissão da Posição Contratual

1. É vedada ao Segundo Outorgante a cessão da posição contratual, total ou parcial, bem como a subcontratação, cedência ou subcedência, a qualquer título, da execução das obrigações assumidas, sem autorização prévia, expressa e escrita do Primeiro Outorgante.
2. A eventual autorização referida no número anterior não exonera o Segundo Outorgante das responsabilidades assumidas no presente contrato.

Artigo 8.º

Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. O exercício dos poderes de direcção e fiscalização não exonera o Segundo Outorgante do cumprimento integral das obrigações contratuais nem das responsabilidades que lhe sejam legalmente imputáveis.
2. Os poderes de direcção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo Primeiro Outorgante, nos termos do disposto nos Artigos 303.º a 305.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
3. Para efeitos de concretização dos poderes referidos no número anterior, o Primeiro Outorgante actua através do gestor do contrato e do respetivo substituto, nos termos do artigo 16.º, competindo-lhes, designadamente:
 - a) Emitir ordens, diretivas e instruções necessárias à boa execução do contrato, bem como promover as notificações legalmente devidas para cumprimento das obrigações contratuais em prazo fixado para o efeito.
 - b) Acompanhar a execução do contrato e promover a verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante, incluindo a avaliação do desempenho, nos termos do artigo 290.º-A, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.
 - c) Propor, quando aplicável e nos termos legais, a suspensão de prazos por impossibilidade temporária de cumprimento, bem como a retoma da execução, logo que cessem as causas que a determinaram.

Artigo 9.º**Incumprimento, resolução e sanções**

1. Em caso de incumprimento das obrigações contratuais, total ou parcial, por facto imputável ao Segundo Outorgante, o Primeiro Outorgante notifica-o para cumprir no prazo que fixar, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou deixe de se verificar o interesse público subjacente à atribuição do apoio.
2. O incumprimento injustificado das obrigações contratuais, bem como o desvio do apoio financeiro para fim diverso do previsto no presente contrato, constitui fundamento para a resolução do contrato pelo Primeiro Outorgante e determina a exigibilidade dos montantes já pagos cuja aplicação não resulte comprovada, sem prejuízo do disposto nos artigos 333.º a 335.º do Código dos Contratos Públicos e das demais consequências legais aplicáveis, incluindo responsabilidade financeira e criminal, quando a ela haja lugar.
3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a não apresentação, nos prazos previstos, dos relatórios e demais elementos de reporte e evidência exigidos pelo presente contrato, bem como a não disponibilização, quando solicitada, da documentação justificativa necessária à verificação da execução física e financeira, determina a suspensão dos pagamentos subsequentes e pode fundamentar a resolução do contrato, nos termos legais.
4. Verificando-se, pela apreciação dos relatórios e/ou por acções de verificação ou auditoria, que nem todas as verbas transferidas foram comprovadamente destinadas a suportar os encargos do projecto, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir ao Primeiro Outorgante o montante cuja aplicação não resulte comprovada, sem prejuízo das demais consequências legais aplicáveis.
5. Quando esteja em causa apoio não financeiro, o incumprimento injustificado determina, quando aplicável, a cessação imediata da cedência e a reversão dos bens e meios municipais à posse do Município, sem prejuízo da responsabilidade por danos e demais consequências contratuais e legais, implicando ainda a impossibilidade de candidatura a novos auxílios não financeiros durante dois anos, nos termos do Artigo F - 1/17.º, n.º 2, do Código Regulamentar do Município de Braga.
6. Compete ao gestor do contrato promover a instrução e apreciação técnica das situações de incumprimento e propor as medidas contratuais e legais aplicáveis, para os efeitos previstos no presente artigo.

Artigo 10.ª**Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Segundo Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias/pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Segundo Outorgante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Segundo Outorgante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Segundo Outorgante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Segundo Outorgante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Segundo Outorgante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Segundo Outorgante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento.

Artigo 11.^a

Causa de Extinção

1. São causas de extinção do presente contrato:
 - a) O decurso do prazo de vigência do contrato;

- b) A impossibilidade definitiva e as demais causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
- c) A revogação por acordo das partes;
- d) A resolução por decisão do Primeiro Outorgante, nos termos dos Artigos 333.º a 335.º do CCP.

Artigo 12.º

Notificações e Comunicações

1. Todas as notificações e comunicações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do Artigo 468.º do CCP, para os seguintes endereços de correio eletrónico:

Primeiro Outorgante – cultura@cm-braga.pt

Segundo Outorgante – info@se-braga.pt

2. Quaisquer alterações aos citados endereços de correio eletrónico devem ser comunicadas previamente e por escrito à outra parte.

Artigo 13.º

Vigência e revisão do contrato

1. O presente contrato produz efeitos no dia seguinte à data da sua assinatura e vigora até 31 de Dezembro de 2026.

2. Mantêm-se, porém, exigíveis após o termo da vigência as obrigações que, pela sua natureza, subsistam, designadamente as relativas à prestação de informação, entrega e apreciação do relatório final, disponibilização de documentação justificativa, restituição de montantes cuja aplicação não resulte comprovada e demais deveres instrumentais necessários à verificação da boa aplicação do apoio.

3. O presente contrato pode ser objecto de revisão por acordo das partes quando se mostre estritamente necessário, devendo qualquer alteração ao objecto, montantes, calendário, prestações ou contrapartidas ser formalizada por escrito.

4. O contrato pode ainda ser objecto de revisão unilateral pelo Município, em resultado de imposição legal superveniente ou de ponderoso interesse público, ficando a eficácia da revisão sujeita a prévia aprovação da Câmara Municipal.

5. Qualquer alteração ao objecto, montantes, calendário, prestações ou contrapartidas deve ser formalizada por escrito, nos termos dos números anteriores.

Artigo 14.º

Legalidade da Despesa

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25



–Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq. 100350 de 2026/02/26 e informação de compromisso n.º 133798 seq. de 2026/02/26.

Artigo 15.º

Requisitos de atribuição e habilitação

1. Para efeitos do Código Regulamentar do Município de Braga, o Segundo Outorgante declara que reúne e manterá, durante a vigência do contrato, os requisitos aplicáveis à atribuição do apoio, designadamente a inscrição no RECAM, os órgãos sociais em efetividade de funções e a situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado, à Segurança Social e ao Município de Braga.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, os documentos comprovativos da situação tributária e contributiva regularizada constam do anexo ao presente contrato.
3. O Segundo Outorgante obriga-se a comunicar de imediato ao Primeiro Outorgante qualquer alteração superveniente suscetível de afetar o cumprimento dos requisitos referidos no n.º 1.

Artigo 16.º

Gestão do contrato

1. Nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, o Primeiro Outorgante designa como gestor do contrato o dirigente da unidade orgânica competente na área da Cultura, ou quem legalmente o substitua, competindo-lhe assegurar o acompanhamento permanente da execução do contrato.
2. O acompanhamento técnico, a instrução do procedimento e a organização da evidência documental e de monitorização são assegurados por técnico(s) afeto(s) à unidade orgânica competente na área da Cultura, sob direcção do gestor do contrato.
3. Compete ao gestor do contrato, designadamente, validar as diligências necessárias à boa execução do contrato, apreciar os relatórios apresentados pelo Segundo Outorgante e determinar, quando aplicável, pedidos de esclarecimento, solicitação de elementos complementares e ações de verificação.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

A execução do presente contrato rege-se pelo disposto no Código Regulamentar do Município de Braga, pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Artigo 18.^a

Proteção de dados pessoais

1. As partes obrigam-se a dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente ao Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD) e à Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto.
2. Na elaboração e envio de relatórios e demais documentação, o Segundo Outorgante deve respeitar o princípio da minimização dos dados, limitando os dados pessoais ao estritamente necessário para as finalidades do presente contrato.

Artigo 19.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Por ser esta a vontade, livremente expressa, pelas Partes Outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

Braga, 24 de fevereiro de 2026

Anexos:

Anexo I – Pedido de Apoio/Candidatura, Plano de Actividades, Orçamento discriminado e Cronograma, com identificação do processo.

Anexo II – Declaração de situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Aduaneira.

Anexo III – Declaração de situação regularizada perante a Segurança Social.

Anexo IV – Documento comprovativo dos poderes de representação e vinculação do Segundo Outorgante (quando aplicável).

Anexo V – Outros documentos, quando aplicável: inscrição RECAM, apólice e comprovativo de seguro, licenças e autorizações aplicáveis, e demais elementos relevantes para a execução do contrato.

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO E/OU CABIMENTO

Data: 26/02/2026

À proposta de submissão a reunião do órgão executivo, com o processo gestiona n.º **10188/2026**, foi assegurada a regularidade financeira da despesa através do:

N.º sequencial de cabimento: **100350, e compromisso N.º: 133798**

Declaro que a informação prestada coincide com os mapas de execução orçamental.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

